

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAIS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Brito Bezerra (PP) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Oleno Matos (PDT) - Membro

Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro

Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaiais Maia (PRB) - Membro
Suplentes:
1º - Chico Guerra (PROS)
2º - Oleno Matos (PDT)

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Izaiais Maia (PRB) - Membro
Diego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Membro
Chico Mozart (PRP) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águida Portella (PSC) - Presidente
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente
Izaiais Maia (PRB) - Vice-Presidente
Dhiego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro
Francisco Mozart (PRP) - Membro

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaiais Maia (PRB) - Membro

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente
Oleno Matos (PDT) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

Atos Administrativos

- Resolução nº 257/2015 - DGP 02
- Resoluções de Afastamento nº 384 e 385/2015 03

Atas Plenárias

- Ata da 2426ª Sessão Ordinária - Íntegra 03
- Ata da 2427ª Sessão Ordinária - Íntegra 06

ATOS ADMINISTRATIVOS
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 0257/2015-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR os servidores listados abaixo, a partir de 01 de julho de 2015, onde exerceram Cargos Comissionados nos Gabinetes, integrantes do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 013/2012, de 04 de janeiro de 2013, publicada no Diário da ALE nº 1490 de 04.01.2013.

MAT	NOME	CARGO
16441	RONILTON DE ALMEIDA MEDEIROS	FS2 Auxiliar Parlamentar
14228	RONYER BEZERRA MAGALHAES	FS1 Auxiliar Parlamentar
12055	ROSA MARIA FIGUEIRA NOGUEIRA	FS2 Assessor Parlamentar
8690	ROSAINA DOS SANTOS OSORIO	FS2 Assessor Parlamentar
16442	ROSANA JAQUELINE RODRIGUES DA SILVA	FS1 Tec. Legislativo
14226	ROSEANE BANDEIRA DOS SANTOS	FS4 Assessor Parlamentar
8337	ROSELI ALVES LOPES	FS5 Assessor Parlamentar
8373	ROSEMEIRE BLANCO DA SILVA	FS4 Secretário Parlamentar
8416	ROSINEI DA SILVA MORAES	FS2 Auxiliar Parlamentar
8815	ROSIVANY ALMEIDA DO CARMO	FS1 Auxiliar Parlamentar
8221	ROZIANE SOUZA DO NASCIMENTO	FS1 Tec. Legislativo
17435	RUTH HELENA DAMASCENO CASTRO	FS5 Assessor Parlamentar
16344	SAMARA RICARTE DE ARAUJO	FS1 Assessor Parlamentar
8733	SAMIR MAGALHAES ASSEN	FS5 Auxiliar Parlamentar
16448	SANDRA DIAS DA SILVA	FS1 Secretário Parlamentar
8864	SEBASTIANA DO NASCIMENTO CAVALCANTE	FS4 Auxiliar Parlamentar
8417	SEILA ALVES MACIEL	FS1 Auxiliar Parlamentar
6676	SERGIA VASCONCELOS DE MACEDO	FS2 Assessor Parlamentar
7811	SERGIO LUIZ IORIS	FS2 Secretário Parlamentar
8378	SHEILA MARIA ALVES DA COSTA	FS2 Assessor Parlamentar
17511	SILVANIA DOMINGUES TAVARES DE	FS2 Assessor Parlamentar
16390	SILVANY AZEVEDO DUARTE	FS1 Tec. Legislativo
12080	SIMONE MARIA SOUSA DA COSTA	FS4 Assessor Parlamentar
8151	SIMONE TEIXEIRA DANTAS	FS1 Auxiliar Parlamentar
7520	SONJA CIBELE DA SILVA CHACON	FS2 Assessor Parlamentar
15129	SORAIA RODRIGUES PEREIRA	FS2 Assessor Parlamentar
16317	STEFANIA COUTINHO COIMBRA	FS5 Secretário Parlamentar
17495	SULAMITA GARCIA AMARAL	FS2 Auxiliar Parlamentar
13593	SULENY REIS E SILVA	FS4 Assessor Parlamentar
17462	TAILANE CANIZA MAYER	FS2 Auxiliar Parlamentar
16784	TALITA ARAUJO DE LIMA	FS4 Assessor Parlamentar
16431	TAMAR GONDIM MARTINS	FS2 Assessor Parlamentar
16483	TATIANA PINHEIRO DA SILVA	FS4 Assessor Parlamentar
16349	TATIANNE BARBOSA SIMOES	FS2 Auxiliar Parlamentar
13562	TCHARLYSON DE FREITAS RIBEIRO	FS1 Auxiliar Parlamentar
17486	THAIS FERNANDA CRAVEIRO ANGELIM	FS5 Assessor Parlamentar
13365	THATIANE LIMA NOGUEIRA	FS1 Auxiliar Parlamentar
13567	THAUANE CRISTINE GOMES DA SILVA E	FS2 Auxiliar Parlamentar
16684	THAYMARA RODRIGUES DA SILVA	FS5 Secretário Parlamentar
16627	THIAGO NASCIMENTO DOS SANTOS	FS2 Auxiliar Parlamentar

16453	THIAGO SILVA XAVIER	FS1 Tec. Legislativo
16383	VAGNER HERMES NASCIMENTO COSTA	FS1 Assessor Parlamentar
8844	VALDECI RODRIGUES DA SILVA	FS1 Auxiliar Parlamentar
13670	VALDIR DE SOUSA	FS1 Auxiliar Parlamentar
8573	VALERIA LOPES SILVA DE ARAUJO	FS4 Secretário Parlamentar
8682	VALQUIRIA MATOS CAVALCANTE	FS2 Assessor Parlamentar
16535	VANDERLY VASQUES DE ANDRADE	FS1 Assessor Parlamentar
16686	VANESSA PEREIRA DOS SANTOS	FS3 Assessor Parlamentar
15596	VANIA JACIMARA QUINTO DO ROSARIO	FS1 Tec. Legislativo
16459	VINGTUM GOUVEIA PRAXEDES	FS2 Assessor Parlamentar
16569	VITOR BRANDO DA SILVA DOS ANJOS	FS2 Assessor Parlamentar
17412	VITOR SARAIVA DE MENEZES	FS1 Tec. Legislativo
16887	WADSON BRUNO VIEIRA REIS	FS5 Secretário Parlamentar
6639	WALDEMIR VASCONCELOS ROCHA	FS4 Assessor Parlamentar
16570	WANDA SIMAO DA SILVA	FS4 Auxiliar Parlamentar
17021	WANDILSON PRATA FERREIRA	FS2 Assessor Parlamentar
16816	WANNUBIA SOARES NUNES	FS1 Auxiliar Parlamentar
11348	WEDER DA SILVA MONTEIRO	FS4 Assessor Parlamentar
16404	WELMA CORDEIRO BEZERRA	FS2 Auxiliar Parlamentar
16479	YACHIN DE CARVALHO GOMEZ	FS2 Assessor Parlamentar
17357	ZARA XIRLY LIMA TAVARES	FS1 Assessor Parlamentar
16724	ZOE SALES DE ANDRADE	FS5 Assessor Parlamentar
16542	ZUILA CANAVARRO MARINHO	FS2 Secretário Parlamentar
8152	ZULEIDE LIMA	FS1 Auxiliar Parlamentar

Art. 2º NOMEAR as pessoas listadas abaixo a partir de 01 de julho de 2015, para exercerem Cargos Comissionados nos Gabinetes, integrantes do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 013/2012, de 04 de janeiro de 2013, publicada no Diário da ALE nº 1490 de 04.01.2013.

MAT	NOME	CARGO
16441	RONILTON DE ALMEIDA MEDEIROS	FS3 Secretário Parlamentar
14228	RONYER BEZERRA MAGALHAES	FS2 Secretário Parlamentar
12055	ROSA MARIA FIGUEIRA NOGUEIRA	FS4 Secretário Parlamentar
8690	ROSAINA DOS SANTOS OSORIO	FS4 Assessor Parlamentar
16442	ROSANA JAQUELINE RODRIGUES DA SILVA	FS4 Secretário Parlamentar
14226	ROSEANE BANDEIRA DOS SANTOS	FS2 Assessor Parlamentar
8337	ROSELI ALVES LOPES	FS2 Assessor Parlamentar
8373	ROSEMEIRE BLANCO DA SILVA	FS2 Assessor Parlamentar
8416	ROSINEI DA SILVA MORAES	FS4 Auxiliar Parlamentar
8815	ROSIVANY ALMEIDA DO CARMO	FS4 Auxiliar Parlamentar
8221	ROZIANE SOUZA DO NASCIMENTO	FS1 Assessor Parlamentar
17435	RUTH HELENA DAMASCENO CASTRO	FS4 Secretário Parlamentar
16344	SAMARA RICARTE DE ARAUJO	FS4 Secretário Parlamentar
8733	SAMIR MAGALHAES ASSEN	FS4 Secretário Parlamentar
16448	SANDRA DIAS DA SILVA	FS5 Secretário Parlamentar
8864	SEBASTIANA DO NASCIMENTO CAVALCANTE	FS4 Secretário Parlamentar
8417	SEILA ALVES MACIEL	FS5 Auxiliar Parlamentar

6676	SERGIA VASCONCELOS DE MACEDO	FS4 Assessor Parlamentar
7811	SERGIO LUIZ IORIS	FS4 Secretário Parlamentar
8378	SHEILA MARIA ALVES DA COSTA	FS1 Secretário Parlamentar
17511	SILVANIA DOMINGUES TAVARES DE	FS4 Secretário Parlamentar
16390	SILVANY AZEVEDO DUARTE	FS4 Secretário Parlamentar
12080	SIMONE MARIA SOUSA DA COSTA	FS2 Auxiliar Parlamentar
8151	SIMONE TEIXEIRA DANTAS	FS1 Secretário Parlamentar
7520	SONJA CIBELE DA SILVA CHACON	FS1 Tec. Legislativo
15129	SORAIA RODRIGUES PEREIRA	FS4 Secretário Parlamentar
16317	STEFANIA COUTINHO COIMBRA	FS4 Secretário Parlamentar
17495	SULAMITA GARCIA AMARAL	FS1 Auxiliar Parlamentar
13593	SULENY REIS E SILVA	FS3 Auxiliar Parlamentar
17462	TAILANE CANIZA MAYER	FS4 Auxiliar Parlamentar
16784	TALITA ARAUJO DE LIMA	FS1 Tec. Legislativo
16431	TAMAR GONDIM MARTINS	FS4 Secretário Parlamentar
16483	TATIANA PINHEIRO DA SILVA	FS5 Assessor Parlamentar
16349	TATIANNE BARBOSA SIMOES	FS3 Auxiliar Parlamentar
13562	TCHARLYSON DE FREITAS RIBEIRO	FS1 Assessor Parlamentar
17486	THAIS FERNANDA CRAVEIRO ANGELIM	FS4 Assessor Parlamentar
13365	THATIANE LIMA NOGUEIRA	FS5 Assessor Parlamentar
13567	THAUANE CRISTINE GOMES DA SILVA E	FS1 Assessor Parlamentar
16684	THAYMARA RODRIGUES DA SILVA	FS4 Secretário Parlamentar
16627	THIAGO NASCIMENTO DOS SANTOS	FS4 Secretário Parlamentar
16453	THIAGO SILVA XAVIER	FS4 Secretário Parlamentar
16383	VAGNER HERMES NASCIMENTO COSTA	FS4 Secretário Parlamentar
8844	VALDECI RODRIGUES DA SILVA	FS4 Secretário Parlamentar
13670	VALDIR DE SOUSA	FS3 Secretário Parlamentar
8573	VALERIA LOPES SILVA DE ARAUJO	FS1 Assessor Parlamentar
8682	VALQUIRIA MATOS CAVALCANTE	FS4 Secretário Parlamentar
16535	VANDERLY VASQUES DE ANDRADE	FS4 Secretário Parlamentar
16686	VANESSA PEREIRA DOS SANTOS	FS4 Secretário Parlamentar
15596	VANIA JACIMARA QUINTO DO ROSARIO	FS4 Secretário Parlamentar
16459	VINGTUM GOUVEIA PRAXEDES	FS4 Secretário Parlamentar
16569	VITOR BRANDO DA SILVA DOS ANJOS	FS3 Assessor Parlamentar
17412	VITOR SARAIVA DE MENEZES	FS1 Auxiliar Parlamentar
16887	WADSON BRUNO VIEIRA REIS	FS4 Secretário Parlamentar
6639	WALDEMIR VASCONCELOS ROCHA	FS2 Auxiliar Parlamentar
16570	WANDA SIMAO DA SILVA	FS5 Secretário Parlamentar
17021	WANDILSON PRATA FERREIRA	FS3 Auxiliar Parlamentar
16816	WANNUBIA SOARES NUNES	FS2 Auxiliar Parlamentar
11348	WEDER DA SILVA MONTEIRO	FS4 Secretário Parlamentar
16404	WELMA CORDEIRO BEZERRA	FS4 Auxiliar Parlamentar
16479	YACHIN DE CARVALHO GOMEZ	FS3 Assessor Parlamentar
17357	ZARA XIRLY LIMA TAVARES	FS1 Tec. Legislativo
16724	ZOE SALES DE ANDRADE	FS4 Auxiliar Parlamentar
16542	ZUILA CANAVARRO MARINHO	FS1 Tec. Legislativo
8152	ZULEIDE LIMA	FS4 Secretário Parlamentar

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2015.

Palácio Antônio Martins, 22 de setembro de 2015.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 384/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **GABRIEL FIGUEIRA PESSOA PICANÇO** para viajar com destino a cidade de Macapá - AP, no período de 22.09 a 25.09.2015, com a finalidade de participar da II Reunião Ampliada do Colegiado de Deputados do Parlamento Amazônico/2015, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de Setembro de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 385/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento das servidoras **MARIA DO PERPETUO SOCORRO BARBOSA MARQUES Matrícula 16797** e **CAMILA DA SILVA LEITE Matrícula 11510** para viajarem com destino a cidade de Macapá - AP, no período de 22.09 a 25.09.2015, com a finalidade de participar da II Reunião Ampliada do Colegiado de Deputados do Parlamento Amazônico, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de Setembro de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2426ª SESSÃO, EM 03 DE SETEMBRO DE 2015.

50º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER.

Às nove horas do dia três de setembro de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima vigésima sexta Sessão Ordinária do quinquagésimo período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Jalsner Renier**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário (**Izaías Maia**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Jalsner Renier**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à

leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Jorge Everton**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Indicação s/nº, de 02/09/15, do Deputado Zé Galetto ao Governo do Estado para que seja realizada a manutenção das Vicinais I, II, III e IV, localizadas no Projeto de Assentamento PA Taboca, Município de Cantá; Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de 02/09/15, do Deputado Evangelista Siqueira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais do Projeto Arco-Íris – ASPRUIRIS, e dá outras providências.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Quero lembrar aos Senhores Deputados que todas as sessões são transmitidas ao vivo pelo canal 57.2, que ainda está em fase de teste e ajuste, pois nós temos consciência que muitas casas não recebem o sinal da TV ALE. Temos um técnico contratado exclusivamente para que possamos ter condição para o fácil acesso de fazer com que a TV Assembleia chegue em suas casas.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Jorge Everton**) – Senhor Presidente, há um orador inscrito para o Grande Expediente, o Senhor Deputado Izaías Maia.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Senhor Presidente, demais parlamentares aqui presentes, representantes indígenas. Aqui é a Casa do povo cujas portas jamais poderão se fechar para ele, que é o verdadeiro dono destas cadeiras.

Caros parlamentares, ontem repercutiu em algumas páginas sociais as indagações sobre meus pronunciamentos, com muita veemência, aqui nesta Casa referentes à greve dos professores. Entendo que o princípio da formação de todos vem da base de estudo. Quem aqui nesta Casa já não teve um professor ou professora que deu apoio na sua carreira de ensino ou serviu de espelho para qual formação seguir? O mais engraçado é que a Governadora do Estado não tem esta mesma consideração em fazer as mudanças que esses profissionais estão pleiteando para poder melhorar a educação. Ontem, a minha querida Deputada Aurelina Medeiros, em seu pronunciamento, afirmou que, mesmo mudando as pessoas da Secretaria de Educação, nada iria mudar na educação estadual, devido à fragilidade econômica que o Brasil enfrenta, com reflexos aqui no Estado. Em resposta a essa afirmação, digo o melhor que existe no ser humano é a humildade, harmonia no trabalho, sem precisar tratar as pessoas como se estivesse tocando o chicote em cavalos ou obrigando permanecer no cargo uma Secretária arrogante, com atitude de soberania. Entendo que essa atitude possa ser influência de pessoas ligadas ao governo do Estado que têm o mesmo ego, achando que o cargo é vitalício. Me chamam de bobo da corte, me chamam de idiota, mas se for para defender o povo, serei eternamente bobo da corte, idiota.

A greve vai além do pedido da saída da Secretária de Educação, também pede a incorporação da GID. Este governo nos deixa sem saber que rumo está tomando o nosso Estado. Sou um Deputado novo nesta Casa, mas estou aqui disposto a brigar e lutar, seja contra a autoridade que for, dentro da Lei, na Casa do povo.

A única coisa que eu sempre peço é que haja união, que parem de pisar nos professores, nos indígenas e no povo de um modo geral. Estamos aqui para defender, falo por mim, e, com toda certeza, por alguns ou quase todos do G14, para defender as classes, PM, professores, PC, Corpos de Bombeiros, comunidades indígenas, independente de suas etnias. Estamos aqui para defender o que está certo, falar o que está errado, procurando, assim, ajudar cada vez mais a melhorar o nosso Estado. Por isso usarei as armas que eu tenho, ou seja, a Tribuna desta Casa, porque o meu poder foi dado pelo povo e por Deus.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado Izaías, acompanhando atentamente a sua explanação, algo chamou a minha atenção. Há alguns meses, comentei, nesta Casa, sobre este contrato milionário de 60 milhões dessas empresas, pseudo empresas, de Manaus, com a Secretaria de Educação. Isso pago com o dinheiro do FUNDEB, que poderia comprometer o salário dos professores no final do ano. E o que eu falei está registrado. Eu gostaria que esta Casa entrasse em contato com o Presidente do Tribunal de Contas, para onde isso foi levantado, solicitando que nos tragam essas informações, porque nós entendemos que esses professores não podem ser prejudicados nos seus vencimentos por

irresponsabilidade de um contrato criminoso com este Estado. Então, Vossa Excelência está de parabéns. Eu estou vendo muitos pais de famílias preocupados com o seu ganha pão. E, diante disso, esta Casa não pode fechar os olhos. Vossa Excelência está de parabéns pelo pronunciamento.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** - Obrigado pelo aparte. Podem ter a certeza que vamos continuar...

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu acho que houve um engano no que Vossa Excelência acaba de citar. Em meu pronunciamento de ontem, inclusive está gravado, e se encontra à disposição de quem quiser falar...

O Senhor Deputado **Izaías Maia**, continua – Com relação a quê? A troca e Secretária?

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Com relação a alguma coisa que eu falei, aqui, no meu pronunciamento de ontem, eu nunca defendi bater ou tratar mal alguém, até porque não é minha prática. Nunca defendi que a educação do Estado de Roraima é excelente, pelo contrário, eu ontem coloquei que a situação é grave no País é no Estado, que uma simples troca de Secretária não mudaria o que os professores estão pedindo, não mudaria em nada e, em nenhum momento, até porque eu não sou cega, a minha cabeça é feita dentro do conhecimento que eu tenho, eu não discuto o que eu não sei, eu disse ontem. Comecei dizendo que não sabia se a greve era falta de respeito, recursos ou falta de consenso, mas que o problema da educação é sério, e em nenhum momento eu defendi atitude como tratar mal alguém. Eu não disse aqui quem é ruim ou bom, o que eu disse é que a situação da educação é grave e este Estado precisa buscar alternativas para gerar recursos para não acontecer o que está acontecendo nos outros Estados do Brasil. Essa foi a minha fala no dia de ontem. Está gravada para quem quiser ter conhecimento. Eu acho que é obrigação... Agora, eu não decido greve, eu não me meto em greve, acho que é uma decisão da categoria e do Governo do Estado de fazer aquilo que é possível fazer. Minha postura sempre foi única, não é o momento ou o interesse de A ou B que vai me fazer mudar. Eu tenho uma posição muito definida. Como funcionária pública que sou, nunca fui relapsa, nunca fui blogueira para falar mal dos outros, recebendo dinheiro do Estado. Nunca falei mal de professor, nunca falei mal dessa categoria, mas nunca fui cega, nunca me incomodou... porque enquanto tem mil que atiram pedras tem 10 mil que elogiam. Então, não me interessa, não é grito que me faz ser política. Eu não jogo para plateia em momento nenhum e, no meu posicionamento de ontem, em nenhum momento, me referi à contratação de ninguém. Eu não vou, de forma nenhuma, ter um posicionamento de tratar mal as pessoas, nunca tive. A única coisa que eu disse ontem no meu discurso foi em outra linha, nem era em relação à greve, eu disse apenas que o projeto que eu estava apresentando buscava criar alternativas para o crescimento do Estado, para suprir as deficiências que o Estado tem, dentre as quais, a educação. Muito obrigada.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Pois não, Deputada Aurelina. Palavra com o Deputado Jorge Everton.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** – Deputado Izaías, eu queria dar um bom-dia a todos e dizer que é lamentável que o Governo do Estado não tenha a sensibilidade de ouvir os professores. Nós chegamos a um nível onde não há mais credibilidade nem confiança por parte da Secretária de Educação. Essa mudança se faz necessária, independentemente, das reivindicações que eles estão fazendo. Não dá mais para os professores continuarem esse trabalho, não há relação de confiança. Essa decisão não é nossa, é da Governadora, cabe a ela. Com relação ao que o Deputado George falou, é uma preocupação desta Casa desde o início do ano, acompanhar esses gastos públicos, porque se falou tanto em priorizar os investidores, as pessoas que trabalham na terra, mas são empresas de fora que são trazidas. Se fala que não tem dinheiro para atender a reivindicação dos professores e das categorias, mas isso foi prometido durante a campanha, e por que prometeu se não poderia cumprir? Além de que, temos que ter prioridade com gasto público. Enquanto deixa de atender quem realmente precisa, se faz licitação de lagosta regada a whisky. Isso é inaceitável para nossa população. Se é para economizar recursos públicos, por que não extingue a secretaria do Pizzolato, que só está para sustentá-lo e impedi-lo de ser processado na terra de origem dele. Era para onde ele deveria voltar. É isso que eu pondero. Eu não estou questionando se o governo está passando por dificuldades, eu estou questionando que está faltando prioridade na hora de investir e fazer o gasto público com responsabilidade. Parabéns pelo seu pronunciamento e conte comigo.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Deputado Jorge Everton, eu ainda sou calouro aqui...

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Deputado, quero parabenizá-lo por seu pronunciamento. Como sempre, Vossa Excelência tem trazido pontos importantes para discussão, para o debate aqui nesta Casa. E a questão, o problema da educação, realmente, está preocupando toda a sociedade. Nós estamos aí há mais de trinta dias sem aulas na rede pública, e isso em razão da falta de habilidade do Governo em negociar com a categoria. Eu vejo que, em campanha, a Governadora se comprometeu com essa categoria de quem obteve a maioria dos votos e, agora, o discurso é diferente. Uma coisa é ser pedra, eles eram pedras no passado, jogavam pedra no telhado do governo de então, mas agora viraram vidraça. Acho que deva ter bom senso, tem que haver negociação. Esta Casa, em todos os momentos, esteve de portas abertas para os profissionais do setor de educação e assim vai continuar sempre. E, Senhor Presidente, já está protocolado aqui um pedido de abertura da CPI da Educação. A missão constitucional de um Deputado é legislar e fiscalizar, nenhum é maior que o outro. Então, nem uma das missões é maior que a outra. Acho que nós devemos, efetivamente, exercer o nosso dever de fiscalização e verificar se procedem as denúncias que aqui estão sendo protocoladas, apurar e mostrar o que está certo, o que está errado, vermos se tem alguma coisa errada e apontar o responsável. Então, meus parabéns, me como ao seu pronunciamento, me como com Vossa Excelência nessa missão de fiscalizar as contas públicas e verificar onde estão os recursos para que se garanta o que é necessário para pagar as progressões, que é de direito de toda a classe da educação. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua - Sou calouro nesta Casa, ainda estou aprendendo os trâmites no que diz respeito à lei. Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, assim como ouvimos nesta Casa a Secretária de Educação, se haveria possibilidade de ouvirmos os representantes da educação indígena? Representante do Sindicato dos Trabalhadores em educação? Se puder, seria bom, ficaria igualmente e é transmitido para quase todo o Estado, a sociedade poderá ouvir e saber o que realmente está acontecendo, porque, até o momento, é um desencontro de informações, de um lado o governo diz que fez, do outro lado os índios e os professores dizem que é mentira. Que haja um entendimento! Vou continuar sendo bobo, idiota ou imbecil, mas, sempre lutarei pelos interesses do povo tanto aqui como no Barra Pesada, no canal 12. Infelizmente o Líder do Governo não está aqui, ele que é o porta-voz do Governo do Estado. Gostaria de perguntar por que até agora essa greve não acabou? E por que até hoje não foi pago o crédito social? Cadê o dinheiro? Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Esta Presidência informa que existe na Mesa um Requerimento assinado pelo Professor Ornildo R. de Souza constando o seguinte: “Com base em relatório encaminhado à Presidência desta Casa, tratando de indícios e irregularidades concernentes às contas do FUNDEB, solicitamos de Vossa Excelência que conceda a apresentação de Requerimento ao pleno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com propósito de apurar as denúncias apresentadas no documento. Na ocasião, conclamamos também que seja lido em plenário um pedido preliminar especialmente dirigido aos Senhores Deputados, já que se manifestaram claramente na Tribuna desta Casa em favor da luta dos trabalhadores em educação para que seja proporcionado, de imediato, na mesma sessão em que se faça a leitura do Requerimento sobre sua assinatura”. Quem assina é o Diretor-Geral do SINTER, Ornildo R. de Souza. Aqui também existe outro pedido do Diretor-Geral do SINTER, que solicita providências urgentes de indícios de irregularidades, conforme relatórios e cópias de documentos, em anexo, nas contas do FUNDEB, constatadas em levantamento preliminar realizado pelo SINTER.

Quero informar ao Professor Ornildo que qualquer investigação proferida por qualquer órgão ou instituição, de acordo com o Artigo 144 do Regimento Interno, que diz que cabe a qualquer parlamentar, qualquer presidente de partido ou qualquer instituição pública pedir, diante do plenário da Assembleia Legislativa, qualquer investigação por qualquer setor público dentro do Estado de Roraima. Existe uma comissão especial que foi criada nesta Casa, por mim, em primeiro de fevereiro, sobre a Comissão Especial Externa, baseada nos decretos que foram concedidos pela Chefia do Poder Executivo, em relação a indícios de irregularidades dentro da Secretaria Estadual de Educação.

O Deputado George Melo é o relator da matéria, e já me foi encaminhado o relatório. E este relatório foi encaminhado à Consultoria Jurídica desta Casa, que tem um prazo de 15 dias para emitir o relatório. Está dentro do prazo. E, conforme relatório expedido pela Consultoria Jurídica, nós vamos submeter à avaliação do plenário. E o plenário decidirá sobre os tópicos da investigação. Concomitante a isso, o Poder Legislativo, também, precisa da interpelação e do apoio do Ministério Público de Contas, que é quem fiscaliza as contas do Executivo. Mediante isso, nós levaremos também ao Ministério Público Estadual, onde, concomitante, os mesmos façam as representações.

O Poder Legislativo tem autoridade, sim, de abrir qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito. Fica a critério de qualquer Deputado, e a minha sugestão vai para o Deputado Izaías, que foi o autor das proposições referentes à sua fala, que faça a nominata diante dos indícios que foram apresentados pelos professores, para que a Assembleia Legislativa, antes da abertura da CPI, e eu vou me dirigir à presidente da Comissão de Educação, Deputada Lenir Rodrigues, atenda a comissão dos professores, faça ouvir todas as suas reivindicações e, a partir daí, vamos discutir os tópicos que levem, de maneira democrática, à solução imediata desses trabalhadores.

O primeiro passo é a conversa. Não havendo conversa, aí sim nos prepararemos para a guerra. Mas, é certo se pensar que não vai haver por parte do Poder Legislativo nenhuma posição com relação ao bom direito apresentado pelos professores. O direito é líquido e certo, só que nós temos de trabalhar pelo Regimento e pela Constituição, porque senão, nós vamos transformar a Assembleia Legislativa num picadeiro e isso não vai dar em nada. E eu não vou abrir CPI simplesmente para brincar. Se eu decidir, juntamente com os Senhores Deputados, fazer a abertura de CPI, ela será feita do a quem doer e será estendida também a governos anteriores, não somente a esse governo. Então, por essa razão esta Casa tem de fazer com que nenhum professor fique abaixo do sol, perdendo seu tempo com coisas que poderá não dar absolutamente em nada. É necessário que a Assembleia Legislativa, já que tem 14 ou 15 Deputados que têm opiniões divergentes da opinião do Governo, trate isso de maneira democrática. Independência não é guerra; independência é simplesmente uma posição ideológica defendida por esta Casa que, pela primeira vez na história desta Assembleia, não depende mais das ações e interesse do Governo do Estado. Por essas razões é que nós queremos fazer o nosso trabalho em harmonia com todos os Senhores Deputados, extensivo também aos governantes e aos Deputados que apóiam o Governo. Respeitamos igualmente a todos. Agora, não vamos deixar, de maneira nenhuma, se ler os pedidos. Mas, antes dos pedidos oficiais, eu preciso ter um aval da comissão de educação que foi criada exclusivamente com esse objetivo de ouvir a classe dos trabalhadores, saber o seu apelo principal, o que o Governo está e não está fazendo, quais são as condições de conversa que podemos ter. E aí sim, exauridas as conversas, se não chegar a lugar nenhum, cabe a Assembleia Legislativa criar um termo um pouco mais ríspido para que a gente encontre os argumentos necessários, baseados no Regimento Interno e na Constituição Federal.

Não havendo mais Oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, a Assembleia Legislativa tem 24 Deputados eleitos pelo povo que estão aqui, mas que, antes de estarem aqui, passaram pelo crivo das autoridades, trouxeram certidões negativas, enfrentaram investigações, pois quem deve, não pode estar aqui e, quem não deve e teve o voto do povo, está aqui. Então, esta Casa é composta por 24 Deputados de bem, de reputação idônea, que representam nosso povo. Quero dizer que, se depender de mim, a instalação da CPI, a pedido dos trabalhadores da educação com relação ao FUNDEB, ou seja lá o que for, será instalada, porque já diz o ditado: quem não deve, não teme. Tanto o governo anterior como o atual têm que prestar contas não aos parlamentares, mas ao povo. Tenham certeza que a CPI será instalada e os parlamentares que não quiserem, a sociedade tomará conhecimento e os que aprovarem, a sociedade também tomará conhecimento. Faço parte do PRB, partido do qual me orgulho, respeito o que diz o partido e eu sempre digo, está gravado, escrito em documentos, que o PRB apoia o Governo do Estado, mas no momento em que alguma coisa estiver errada, podem ter a certeza que eu não votarei ao lado dos meus amigos e parlamentares aqui, porque se algo estiver errado, os parlamentares do PRB não votarão a favor de uma coisa que está errada. Então,

o que nós queremos é somente o esclarecimento, a verdade, a transparência de tudo o que acontece na educação. Portanto, a CPI, se depender de mim, ela será instalada. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Presidente, queria aproveitar a presença do nosso líder do bloco, Deputado George Melo, o qual ficou encarregado dessa Comissão que foi montada, e pedir que, junto com os documentos que Vossa Excelência já tem, junte a reivindicação do SINTER e colha a assinatura do nosso do Bloco, pois somos 14 Deputados e vamos instaurar essa CPI para podermos apurar, investigar. Se há algo errado, não deve ser escondido não. Se eles estão dizendo que não estão fazendo nada de errado, então vamos investigar. Como o próprio Presidente falou, investigar qualquer Governo. Não estamos aqui para colocar panos quentes em cima dos erros de ninguém. Quería fazer um apelo ao Deputado George Melo e já adiante, podem contar com minha assinatura para a abertura da CPI.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, como faço parte da Comissão de educação, juntamente com os Deputados Mecias de Jesus, Masamy Eda, Evangelista Siqueira, presidida pela Deputada Lenir Rodrigues, informo que já fizemos várias audiências e ouvimos o pessoal do SINTER, os povos indígenas, inclusive neste Plenário. É de nosso conhecimento, bem como desta Casa, do povo, do Governo o que eles reivindicam, os seus anseios, mas até agora, nada foi resolvido. Então, acredito que o que a gente deva fazer é dar um próximo passo.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, vejo com grande preocupação a situação dos professores, porque votamos aqui o plano de metas há dois dias e nesse plano de metas o Governo diz que está dando alguma coisa aos professores, mas não está dando nada, só metas e, para mim, isso não é negociação para se acabar com a greve. Estamos vendo tudo. Enganaram os professores no começo do ano e estão enganando agora. Por isso, deixo meu registro de que sou a favor da instalação da CPI. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Gostaria de pedir ao Deputado Evangelista Siqueira, que é vice-presidente da Comissão de Educação, para que logo após o término da Sessão, juntamente com seus pares membros da comissão, atenda parte do segmento dos professores que aqui estão e faça um relatório referente ao que me foi encaminhado, no prazo regimental. O Regimento faculta que Vossa Excelência tem 10 dias para apresentar esse relatório das amplas atividades que foram apresentadas pelos profissionais da educação. Diante do que Vossa Excelência me apresentar no relatório, nós iremos colocar em votação no Plenário e aí, se a Comissão de Educação entender que existe indícios de irregularidades, faremos o pedido de CPI. É por essa razão que peço a Vossa Excelência que escute as solicitações, internalize-as de maneira democrática e faça um documento em dez dias, que é o tempo regimental que Vossa Excelência tem, para que, a partir daí, possamos discutir em plenário o que faremos depois de aportadas as condições apresentadas pela Comissão.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, só para deixar claro, a Comissão de Educação já está fazendo esses encontros com os professores. O problema da educação não se deu só neste Governo, o problema da educação é uma herança maldita que já vem de uma série de governos anteriores. Então, se é para investigar, nós vamos investigar todos os governos, não tenha dúvida. E se abriremos a CPI, seremos favoráveis e iremos investigar todos que geriram e passaram pela pasta da educação em governos anteriores e nesse governo. Temos que entender que a batata quente já está aí, mas temos que investigar todos e vamos fazer isso não tenha dúvida. Sou a favor sim.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Não há nenhum problema Deputado, só preciso que o senhor atenda a comissão, evolua com os atendimentos necessários e me apresente, em dez dias, uma solução referente ao que está escrito e lido aqui em Requerimento. E se tiver algum indício de irregularidade, que parta da Comissão de Educação. Vou obedecer o que diz o Regimento Interno, pois não vou passar por cima do Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Tenho um rito processual e este rito será obedecido criteriosamente.

Projeto de Lei nº 034/2015, que “estabelece os critérios de avaliação para pessoas portadoras de dislexia, nos concursos de provas, ou provas e títulos, na investidura em cargo ou emprego público da administração direta ou indireta”, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues.

Projeto de Lei nº 042/2015, que altera dispositivos normativos da Lei nº 490, de 28 de março de 2005, que “estabelece parâmetros para negociação de dívidas resultantes de financiamentos concedidos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDER”, de autoria do Deputado Gabriel Picanço.

Projeto de Lei nº 048/15, que “institui o Dia Estadual do Administrador do Estado de Roraima”, de autoria dos Deputados Brito Bezerra e Oleno Matos.

Suspendo a Sessão para que as Comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer às matérias.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Informo aos Senhores Parlamentares que em razão da falta de quórum na reunião das Comissões em Conjunto, as matérias que estavam em discussão não foram votadas, portanto, está encerrada a Ordem do Dia e passaremos agora para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo que queira utilizar o Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco, desde já, os Senhores Deputados para próxima Sessão, dia 8 de setembro, à hora regimental. Informo aos Senhores Deputados que amanhã, às dezoito horas, esta Assembleia estará reunida para receber o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF, ocasião em que estará fazendo homenagens ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jorge Everton, Mecias de Jesus, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

Ata Sucinta Aprovada em: 08/09/2015

**ATA DA 2427ª SESSÃO, EM 08 DE SETEMBRO DE 2015.
50º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER.

Às nove horas do dia oito de setembro de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima vigésima sétima Sessão Ordinária do quinquagésimo período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Convido a Senhora Deputada Lenir Rodrigues para atuar como Primeira-Secretária *ad hoc*. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário (**Marcelo Cabral**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à leitura do Expediente.

A Senhora Primeira-Secretária (**Lenir Rodrigues**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de 03/09/15, do Deputado Zé Galeto, encaminhando ao Governo do Estado solicitação para reconstrução da ponte de madeira localizada na Vicinal VI da Confiança III, a aproximadamente 2 Km da Vila Santa Rita, Município de Cantá;

Memorando nº 043, de 03/09/15, da Deputada Angela A. Portella, comunicando sua ausência na Sessão plenária do dia 3 de setembro do corrente ano.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

A Senhora Primeira-Secretária (**Lenir Rodrigues**) – Procedida à chamada.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, pessoas presentes, imprensa.

Semana passada, ocupamos a tribuna para anunciar que demos entrada nesta Casa em um Projeto Autorizativo para a criação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima. Com certeza, a criação do instituto faz parte de várias indicações que, desde 2012, encaminhamos ao Governo do Estado e tentamos aprovar para preencher uma lacuna que se encontra na economia do Estado. No momento, nossa economia precisa ser bastante cuidada, porque há uma demanda muito grande, principalmente por parte dos trabalhadores em busca de seus direitos. Nós precisamos crescer. E, como eu disse antes, no Estado de Roraima não há crescimento se não for pela agricultura. Então, quero aproveitar este momento para solicitar a criação de uma Comissão Especial, composta por todos os Deputados que tenham interesse, para que possamos discutir o projeto de criação desse instituto. Essa comissão irá ouvir todas as instituições envolvidas com essa questão, para que possamos discutir o projeto, aperfeiçoá-lo e para que o Governo do Estado possa ter em mãos um instrumento capaz de promover mudanças no setor agrícola do Estado.

Hoje, estamos encaminhando, através de Indicação, à Governadora Suely, um documento, uma indicação de várias questões a serem consideradas para a elaboração de um plano de ação para o setor agrícola. Há alguns anos, nós assistimos o fechamento da Secretaria de Agricultura do Estado. Toda a parte de defesa foi para a ADERR, de regularização fundiária foi para o ITERAIMA e não houve, ao longo dos anos, uma nova estrutura organizacional, contemplando cargos e ações que possam levar em frente às ações daquela secretaria que passaram a ser ações de fomento, voltadas para a produção, já que criamos instituições para cuidar de vários outros setores aliviando e tentando colocar a agricultura nos eixos. Então, estamos encaminhando um documento à Governadora do Estado, para que seja realmente elaborado, o mais rápido possível, um plano de ação para o setor agrícola do Estado. O nosso documento que chamamos de indicação para execução de ações voltadas para o desenvolvimento do setor agrícola, tenta mostrar as linhas para que se possa pensar como está organizado o setor agrícola do Estado; quais os programas existentes para viabilizar esse desenvolvimento, como estão sendo trabalhados os instrumentos de política agrícola no Estado, como se processa a integração entre as diversas instituições responsáveis pelo desenvolvimento do setor agrícola, como a própria Secretaria de Agricultura, a FEMARH, a CODESAIMA, a Agência de Fomento, o ITERAIMA, a ADERR que são as instituições que trabalham para o desenvolvimento da agricultura no nosso Estado, para que possamos pensar como está se dando a integração entre essas instituições, em busca de um único objetivo, que é o desenvolvimento da agricultura.

Nós sabemos que, ao longo dos anos, a Secretaria de Agricultura deixou de ter uma estrutura organizacional contemplando cargos e ações que pudessem levar à frente as ações daquela Secretaria, ações voltadas para a produção, já que criamos instituições para cuidar de outros setores, tentando colocar a agricultura nos eixos. Estamos encaminhando um documento à Governadora do Estado para que seja realmente elaborado, o mais rápido possível, um plano de ação para o setor agrícola do Estado. O nosso documento, o qual chamamos de indicações de execuções voltadas para o desenvolvimento do setor agrícola, tenta mostrar as linhas para que se possa pensar como está organizado o setor agrícola do nosso Estado, quais os programas existentes para viabilizar esse desenvolvimento, como está sendo trabalhado os instrumentos de política agrícola no Estado de Roraima, como se processa a integração entre as diversas instituições responsáveis pelo setor agrícola, como a própria Secretaria de Agricultura, o ITERAIMA, a FEMARH, a CODESAIMA, a Agência de Fomento, a ADEER que são as instituições que trabalham para o desenvolvimento da agricultura, para que possamos pensar como esta se dando a integração entre essas instituições, como estão interagindo em busca de um único objetivo, que é o desenvolvimento da agricultura. Nós sabemos que ao longo dos anos a Secretaria de Agricultura deixou de ter uma estrutura organizacional. Temos 34 escritórios de assistência técnica, mas a cada dia que o Estado cresce, a cada demanda se torna maior a necessidade de levar para perto do produtor as instituições de assistência técnica. Então, é necessário, em caráter de urgência, a reformulação da Secretaria de Agricultura, a adequação do ITERAIMA que ao longo dos anos praticamente estagnou suas ações em função do que foi feito desde a transferência das terras do Estado, que se fortaleça as ações do governo para que realmente a gente possa iniciar a regularização fundiária como instrumento de política eficaz na condução do desenvolvimento do

setor agrícola. Precisamos repensar qual o papel da CODESAIMA, onde ela entra no desenvolvimento do setor agrícola, onde ela pode estar adequada. Esses dias estava aqui o Deputado Gabriel com uma lei para que possamos trazer para a realidade do nosso Estado as ações da Agência de Fomento, para que realmente possamos alcançar os pequenos produtores que foram afastados do nosso processo de financiamento pelo Estado ao longo dos anos, desde o tempo da correção monetária plena. Precisamos adequar as ações da FEMARH ao novo código do meio ambiente nacional aprovado, adequar nossas leis e levar a FEMARH ao encontro e não de encontro ao produtor rural, interiorizar suas ações, chamar o produtor, que o Estado precisa, que é essencial para que este Estado se desenvolva. Da mesma forma, a ADEER tem feito um esforço imenso para se estruturar. Precisamos ainda, aperfeiçoar para que não tenha, como hoje, um produtor lá da Vilhena que tem que vender um boi para vir aqui pegar a documentação para matar outro boi. O nosso documento indicativo começa com o Estado repensando essas ações, porque estamos cansados de ouvir todas as instituições financeiras que aqui vem dizer que no Estado tem muito dinheiro, mas que não temos projetos de financiamento para desenvolver o setor agrícola. Hoje, para a agricultura familiar, o crédito rural é um dos maiores e melhores instrumentos colocados à disposição do produtor, o que nós precisamos é operacionalizar, através de uma Secretaria organizada e de um instituto de assistência técnica, o vetor principal do acesso aos produtores, aos insumos, ao financiamento e a outras políticas agrícolas que precisam ser desenvolvidas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Gostaria de me juntar ao seu pronunciamento, parabenizá-la pela iniciativa e fazer um pedido a Vossa Excelência para que, nesse projeto indicativo, a Senhora fizesse chegar ao conhecimento da Governadora, acredito que não vai dar nenhum impacto financeiro grande para o Estado, para ela liberar a GTA da SEGAD de mudança de manejo de pastagem. Um produtor com 100, 200 reses para mudar de pasto, tem que pagar GTA, com dois, três meses depois precisa mudar de pasto, tem que pagar GTA novamente. Então, para a mudança de pasto dentro do próprio município, a Governadora mandaria um projeto de lei para esta Casa isentando o produtor de pagar essa taxa de mudança de pasto dentro do próprio município.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Temos conversado com a Governadora e esse documento realmente, Deputado, é um indicativo que deve contemplar todas essas ações para que possamos desmanchar os nós do setor agrícola, que é o setor que tem que crescer para gerar renda, recursos para que o nosso Estado se desenvolva. Nós pensamos, para o Estado de Roraima, na mudança de uma Secretaria de Agricultura para uma Secretaria de Produção, a qual poderia coordenar todas essas instituições aqui citadas, que fazem parte do setor agrícola do Estado. Não é possível termos uma casa do produtor lá no Apiaú que não saiba o que a FEMARH está fazendo, o que a ADEER tem que fazer. Esse documento já é do conhecimento da Governadora, solicitando uma coordenação única, a partir daí nós entendemos que as ações da agricultura têm que ser voltadas para 3 níveis de produtores rurais que nós identificamos no Estado.

Nós temos requerimentos diferentes, tanto em nível tecnológico, nas comunidades indígenas, que é um segmento de produtores rurais que precisam hoje produzir, principalmente para o sustento deles. É inadmissível nós assistirmos o que foi feito pelo Governo Federal, destinando um percentual de terras, mais da metade das terras do nosso Estado, às comunidades indígenas. Agora, eles estão lá esquecidos, não têm um programa de produção, condenados a viver na fome, brigando hoje por um emprego no Estado, enquanto eles precisam produzir. Quem caminha nas comunidades indígenas sabe as necessidades alimentares básicas das nossas comunidades indígenas.

Então, é necessário um programa de Estado, em primeiro lugar, já que o Governo Federal transformou as nossas terras, as terras que pertencem às comunidades indígenas em um estoque de terras improdutivas que para eles pouco serve.

Então, estamos indicando aqui, que as nossas comunidades indígenas, como um segmento de produtores que o Estado precisa cuidar, tenham o nível tecnológico diferenciado dos demais, porque culturalmente eles têm determinadas culturas que só eles sabem cultivar. Eles têm um potencial imenso de mão de obra que pode ser empregada e uma necessidade muito grande de alimentos.

Então, as comunidades indígenas, como contingente populacional, quase o maior do nosso Estado, que vivem no nosso

interior, precisam de projetos que aqui estão indicados, com objetivo de gerar alimentos, de gerar excedentes e de melhor alimentar a população que ali vive.

Um segundo contingente de produtores rurais é a nossa agricultura familiar. O Estado de Roraima é o Estado que abriga o maior número de projetos de assentamento, o maior número de produtores rurais no interior do nosso Estado.

Eu sempre digo que o lote no interior é o emprego de cada pai de família. É de lá, da mandioca, do milho, da galinha que ele cria lá que ele tira o recurso para pagar o aluguel de uma casa aqui em Boa Vista para colocar o seu filho para estudar, bem como para pagar outras demandas que detém.

Esse segmento populacional foi obrigado, ao longo dos anos, a viver num lote de 50 hectares de terras, podendo explorar só 20% dela. Isso significa que apenas 10 hectares pôde ser explorado por esses produtores que não têm mais alternativas, porque a juquirá já invadiu seus lotes e não têm mais como controlar, a não ser com a tecnologia diferenciada, com a mecanização agrícola de insumos para que realmente esses produtores, a nossa agricultura familiar possa dar de si aquilo que ela quer, uma produção maior, para que os produtores tenham linha de crédito do Governo Federal, que são recursos a custo zero disponíveis para esses produtores, que muitas vezes ficam a mercê da burocracia do INCRA e são podados de terem acesso aos benefícios que o Estado e o país disponibilizam para eles.

Um terceiro grupo de produtores, a nossa agricultura empresarial, que também têm requerimentos diferentes, precisam do incentivo fiscal, precisam que seja revista a Lei 215, para que realmente seja direcionada àqueles que produzem e que tem potencialidade para produzir. Precisamos disponibilizar os insumos que eles precisam e a infraestrutura que essa agricultura precisa, energia, estrada, local para armazenamento e crédito rural.

Então, esse documento, em linhas gerais, contém as ações que devem compor um programa para o desenvolvimento da agricultura no nosso Estado, pela necessidade patente e que, ao longo dos anos, deixou a nossa Secretaria de Agricultura sem condições sequer de dizer que ela existe. Ao criarmos o Instituto de Assistência Técnica, não sei se o Presidente ouviu, que se crie de imediato uma comissão especial, composta por todos os Deputados que queiram participar, para discutirmos a situação da agricultura. Vamos encaminhar os pontos a serem considerados na elaboração de um programa de agricultura para o Estado e, em seguida, na próxima semana, vamos apresentar uma proposta de estrutura organizacional para a Secretaria de Agricultura do nosso Estado, a qual deverá comandar os órgãos do setor agrícola, porque sem o desenvolvimento da agricultura, vamos ficar aqui, nós, políticos, cada vez mais acabranhados do lado de cá com a pressão do lado de lá por melhorias, pelos direitos deles, porque, muitas vezes, nós ficamos aqui olhando, com vontade de fazer e sem condições de poder executar.

Então, a preocupação desta Casa é, prioritariamente, ações que possam ajudar o Estado a crescer, a gerar renda, realmente trazendo melhoria de vida para quem precisa. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Parabéns Deputada Aurelina, esta presidência quer parabenizar o vosso discurso e ao mesmo tempo, dizer que nós pretendemos fazer um simpósio de agricultura que fale sobre agricultura familiar, sobre o agronegócio. Já tive algumas conversas com parte desses segmentos e eu gostaria que Vossa Excelência ficasse à frente desse encontro. Vou colocá-la para que a Senhora, através de uma comissão especial, seja a presidente dessa comissão e faça o primeiro encontro, para que nós possamos desenvolver temas com base na agricultura do nosso Estado. No dia 11 de setembro, nós teremos uma colheita histórica de 24 mil hectares de soja aqui no Estado de Roraima, o que significa que se nos próximos 4 anos este Estado, no mínimo, dobrar a quantidade de hectares de soja que serão colhidos agora no dia 11, dia em que nós tivemos uma catástrofe mundial, que foi o ataque as torres gêmeas, nós teremos, em Roraima, um povo praticamente independente do Governo, porque a geração de emprego virá da própria terra.

Então, Deputada Aurelina, esse encontro é muito importante. A Senhora está convidada por esta presidência para que tome a frente desse encontro e fica aqui marcado o dia, de acordo com o calendário que Vossa Excelência pré-estabelecer. Eu gostaria de fazer no próximo mês esse encontro sobre agricultura, no mês de outubro, até porque em outubro também teremos o Projeto Assembleia Cidadã, que visitará todo o interior do Estado, ouvindo propostas, conversando com as comunidades e acoplando todos esses

segmentos nas propostas orçamentárias que vamos analisar nesta Casa.

Recebo aqui um Requerimento, cumprimentando a Deputada e em atendimento a solicitação verbal de Vossa Excelência, encaminhando a relação dos servidores do Departamento de Planejamento e Orçamento da Assembleia Legislativa que prestarão assessoramento à Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, nos trabalhos de recebimento e análise das proposições da Emenda Cidadã ao Orçamento Estadual, para o exercício financeiro. Essa Comissão foi feita por nós nela estão os servidores: Emilce Matos do Nascimento, Diretora, servidora comissionada da Casa; João Oliveira de Souza, economista, servidor efetivo; Jonas Guilherme Nogueira de Carvalho, economista, servidor efetivo; Nelton Leite de Melo, chefe da divisão e servidor comissionado desta Casa. O Poder Legislativo receberá, através de todas as instituições, de todos os segmentos da sociedade, de associações de bairro, informações para que nós possamos acoplar no orçamento e discutir os planos e as emendas que poderão ser acolhidas na Comissão de Finanças, Orçamento e Controle. Por esta razão, está aberta, a partir de agora, essas consultas. Nós vamos deixar o nosso site à disposição, vamos informar através de nossas institucionais e através, também, da nossa Secretaria de Comunicação. Quero, também, informar que esta Sessão está sendo transmitida ao vivo para todos os cidadãos do Estado que acessam o canal 57.2. Nós estamos em fase de teste da nossa emissora e algumas casas estão tendo dificuldade em acessar o nosso canal. Nós estamos aguardando um técnico que certamente virá do Estado do Amazonas, cuja finalidade será exclusivamente esta. Já tentamos, esta semana, com um bom profissional também, para que nós pudéssemos aumentar a nossa força de satélite, mas nós não conseguimos, porque ainda assim o problema persiste. Muitas casas não estão tendo condições de assistir as nossas Sessões Plenárias.

Não havendo mais oradores inscritos, passaremos, agora, para o Expediente da Ordem do Dia, com discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 034/15, que “Estabelece os critérios de avaliação para as pessoas portadoras de dislexia nos concursos de provas ou de provas e títulos, para investidura em cargo ou emprego público da administração direta ou indireta”, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues; do Projeto de Lei nº 042/15 que “Altera dispositivos normativos da Lei nº 490, de 28/03/05, que estabelece parâmetros para negociação de dívidas resultantes de financiamentos concedidos com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Roraima – FUNDER”, de autoria do Deputado Gabriel Picanço; do Projeto de Lei nº 048/15 que “Institui o Dia Estadual do Administrador no Estado de Roraima”, de autoria dos Deputados Brito Bezerra e Oleno Matos; do Projeto de Decreto Legislativo nº 09/15 que “Aprova a indicação do nome do Professor Regys Odlare Lima de Freitas, para ocupar o cargo de Reitor da Universidade Estadual de Roraima-UERR, nos termos do artigo 33, incisos XVIII e XXXI, da Constituição do Estado.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer aos projetos hora citados.

Antes de suspender a Sessão, quero aqui, mais uma vez, pedir aos Presidentes das Comissões... porque todas as vezes que a Assembleia Legislativa apresenta projetos, ouvimos a Comissão Geral. À Comissão Geral só é facultado, de acordo com o Regimento Interno da Casa, quando a matéria requer uma urgência imediata e o plenário precisa se manifestar. O que está ocorrendo é que os Presidentes das Comissões não estão reunindo. Eu gostaria que a Corregedoria desta Casa acompanhasse todas as reuniões das Comissões Permanentes, para que informe a esta Presidência o motivo pelo qual as Comissões não estão se reunindo para que os Projetos de Lei tenham o curso normal. Para que o projeto venha a plenário, ele precisa passar, no mínimo, por 3 Comissões, mas isso não está acontecendo. Esta Mesa tem sido flexível com os Senhores Deputados, mas eu devo dizer que logo nós teremos o livro ponto nesta Assembleia e, tão logo o livro ponto passe a vigorar, os Senhores Deputados terão que ter a responsabilidade com seus horários e com as suas Sessões. Nós seremos rigorosos no tocante ao comparecimento dos Senhores Deputados as Sessões e não vamos aqui punir nenhum Parlamentar verbalmente, faremos pelos meios técnicos, através do recursos humanos. Por esta razão, eu quero pedir, mais uma vez, que os presidentes das Comissões todas as tardes possam se reunir e emitir os pareceres para que os Projetos de Leis tenham o seu curso normal.

O Senhor Deputado **Masamy Eda** pede Questão de Ordem - Na condição de Corregedor desta Casa, vou pedir aos Presidentes de Comissões que passem para a Corregedoria os dias que irão se reunir para que eu tome conhecimento. E atenderei seu pedido.

O Senhor Presidente Deputado (**Jalser Renier**) - Suspendo a Sessão.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Dou por reaberta a Sessão. Gostaria de registrar a presença do Senhor Neto, assessor do Deputado Chico Guerra, e o não menos importante, Senhor Bitencourt. Quero me reportar à Deputada Aurelina que, em seu discurso, falou sobre a criação de um Projeto de Lei que tramita nesta Casa, criando o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Na verdade, qual é a preocupação desta Casa, porque como nós estamos criando o Instituto, essa iniciativa, ao que me consta, seria do Poder Executivo, e o Projeto de Vossa Excelência é um Projeto de Lei? Eu gostaria, a título de sugestão, para que nós não enfrentássemos aquela velha retórica de que é matéria inconstitucional, por se tratar da criação de uma instituição que passaria ao Governo do Estado, e está partindo da Assembleia, para que não incorrêssemos na inconstitucionalidade, de transformar o seu Projeto em uma proposta autorizativa.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Ele é um Projeto Autorizativo.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Peço desculpa, fui informado erradamente pela equipe técnica. Já que se trata de matéria autorizativa e Vossa Excelência pediu para criar uma Comissão para analisar este Projeto, a Comissão fica criada, composta pelos seguintes Deputados: Aurelina, Izaias Maia, George Melo, Brito Bezerra, Gabriel Picanço, Marcelo Cabral, Zé Galeto, Angela Portela e Mecias de Jesus. É uma Comissão de 9 membros, encaminhada para evoluir com a matéria autorizativa.

Convido os Senhores Deputados: Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaias Maia, Jânio Xingú, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Odilon Filho, Oleno Matos, Valdenir Ferreira e Zé Galeto para tomarem assento ao plenário, para que possamos evoluir para votação da Ordem do Dia. Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 034/15 que “Estabelece os critérios de avaliação para as pessoas portadoras de dislexia nos concursos de provas ou de provas e títulos, para investidura em cargo ou emprego público da administração direta ou indireta”, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues. O interessante desse Projeto é que, na semana passada, nós tivemos aqui, a convite do Deputado Mecias, em Audiência Pública, o Pastor Isamar Ramalho, o qual, em uma das suas falas, disse que quando criança tinha dificuldade em entender as coisas porque ele tinha dislexia e, que não sabia que já estava tramitando nesta Casa de autoria da Deputada Lenir, projeto que fala sobre o tema abordado, haja vista que são muitas pessoas em Roraima que sofrem com esse problema. Esse Projeto, que considero importante, vai contribuir para aquelas pessoas que não têm muita atenção nas suas tarefas e nas aulas diárias.

Solicito à Senhora Segunda- Secretária que faça a leitura do seu Relatório ao Projeto de Lei nº 034/15.

A Senhora Segunda-Secretária (**Lenir Rodrigues**) – Lido o Relatório ao Projeto de Lei nº 034/15.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Tenho em mãos um Projeto de Lei, uma lei datada do dia 15 de setembro de 2008. Essa lei dispõe sobre o Programa Estadual para Identificação do Transtorno de Dislexia na rede oficial de educação.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- Esse é o programa, o meu é critério para concurso público. Como é que funciona? O dislexo tem o direito de ter mais tempo que outras pessoas para fazer a prova. Se preciso for e detectado no programa, ele tem direito a um acompanhante para ler para ele, porque não consegue codificar, memorizar, decorar.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**)- Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, quero parabenizar a Deputada Lenir. Esse primeiro Projeto a que Vossa Excelência se refere é de autoria da Deputada Socorro Simões, o qual passou por esta Casa. Eu entendo que há realmente uma diferença entre o primeiro Projeto de Lei e o atual, apresentado pela Deputada Lenir. Portanto, quero me manifestar favoravelmente à aprovação do projeto, por entender a importância dele para a sociedade roraimense.

O Senhor Deputado **George Melo**– Senhor Presidente, eu gostaria que fosse avaliada também a possibilidade de colocarmos dentro do projeto algum artigo que comprove que a pessoa seja dislexa. Pelo fato de ser um concurso público, a gente sabe que corremos o risco de fazer uma ação, querendo reparar uma questão que é de suma importância, mas têm os espertinhos que vão querer se aproveitar desse benefício. Então, que fique bem claro, para que o projeto seja aprovado sem nenhum tipo de questionamento.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Bom, o que Vossa Excelência disse está contido no Inciso I, Parágrafo 1º onde diz: Apresentar a organização do concurso público, no prazo definido em edital, laudo médico comprobatório do distúrbio. Isso foi exatamente o que Vossa Excelência falou. Então, o que Vossa Excelência acabou de dizer está contemplado na proposta original da matéria.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Só para esclarecer e aprimorar a discussão, no caso das pessoas com deficiência visual e auditivas, existem situações especiais para concurso público, provas diferenciadas, tempos diferenciados. Então, o Projeto da Deputada Lenir não está fazendo nada mais do que justiça a essas pessoas que têm dislexia. E quero deixar claro que não traz qualquer prejuízo para os demais candidatos que, porventura, estiverem participando do certame. Eu relatei o Projeto e peço aos meus colegas que votem favorável a sua aprovação.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será eletrônica. Os Deputados que votarem sim, aprovam a matéria, e os que votarem não, rejeitam-na.

Solicito ao técnico que libere o painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 034/15 por 19 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que faça a leitura do relatório ao Projeto de Lei nº 042/15.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pede Questão de Ordem – Gostaria de solicitar a dispensa da leitura do relatório, em virtude dos colegas terem o devido conhecimento do teor da mesma.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Deputado Gabriel, permita-me fazer uma pequena divergência do pedido de Vossa Excelência. Na verdade, o que foi lido, foi na comissão especial. Agora, nós estamos em plenário. Então, nós precisamos registrar a leitura do Projeto no plenário desta Casa. Se nós tivéssemos no plenarinho, até seria aceito o seu pedido de dispensa de leitura, mas, neste caso, eu gostaria que Vossa Excelência entendesse que a Mesa não pode conceder, em razão de estarmos em plenário, pois precisamos da gravação para que fique nos anais da Casa. Muito obrigado pela sua interferência e pela sua sensibilidade.

A Senhora Primeira-Secretária (**Lenir Rodrigues**)- (Lido o Projeto de Lei nº 042/15).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Em discussão o Projeto de Lei nº 042/15. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. A votação será eletrônica. Os Deputados que votarem sim, aprovam a matéria, e os que votarem não, rejeitam-na.

Solicito ao técnico que libere o painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 042/15 por 19 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que faça a leitura do Projeto de Lei nº 048/15.

A Senhora Primeira-Secretária (**Lenir Rodrigues**) – (Lido o Projeto de Lei nº 048/15).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) - Em discussão o Projeto de Lei nº 048/15. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será eletrônica. Os Deputados que votarem sim, aprovam a matéria, e os que votarem não, rejeitam-na.

Solicito ao técnico que libere o painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 048/15 por 19 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que faça a leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 009/15 que aprova o nome do Professor Regys Odlare Lima de Freitas, para ocupar o cargo de Reitor da Universidade Estadual de Roraima-UERR.

A Senhora Primeira-Secretária (**Lenir Rodrigues**) – (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 009/15 e Parecer).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Senhor Presidente, demais pares da Casa, Vossa Excelência foi muito feliz quando colocou em pauta o nome de Reitor Regys, tendo em vista que há

algum tempo estávamos aguardando a votação. É importante porque todo esse período foi suficiente para que ele pudesse demonstrar sua capacidade, sua gestão à frente da UERR, sendo hoje público e notório que quase a totalidade do corpo docente e discente daquela instituição entende que ele é o melhor nome para conduzir aquela universidade. E mais importante que isso, ele busca parcerias tanto no âmbito do Executivo, quanto dos demais poderes. E não tenho dúvida que esta gestão do Magnífico Reitor Regys Odlare vai ficar para história da Universidade do Estado de Roraima. Quero declarar a minha concordância com o nome dele e aproveitar, na condição de vice-líder do governo e com a concordância do líder do governo Deputado Brito Bezerra, para pedir a nossa bancada que vote pela aprovação do nome do Reitor. Obrigado!

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir, coloco-o em votação. A votação será secreta. Para que o Professor Regys continue à frente da UERR, ele precisa obter 13 votos favoráveis, caso contrário, rejeita-se o nome indicado pela Chefê do Poder Executivo.

O Senhor Deputado **Francisco Mozart** pede Questão de Ordem - Solicito ao líder da nossa bancada orientar a votação.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, oriento a bancada pela aprovação do nome do Reitor Regys.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Comunico aos Senhores Deputados que se alguém cometer um erro durante o percurso da votação, não será corrigido, pois o painel não aceita, por ser uma votação secreta.

Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria e, votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a liberação do painel para votação.

Dou por aprovado o nome do Senhor Regys Odlare por 18 votos “sim”, dois “não” e nenhuma abstenção.

Não havendo mais pauta para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, comunico que nós teremos reunião na Comissão de Educação, convocada pelo edital nº 11/15, assinada pelo vice-presidente, Deputado Evangelista Siqueira. Obrigada.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Senhor Presidente, quero comunicar que amanhã, durante a Sessão, estaremos reunidos em Comissão Geral para comemorar o dia do Administrador e o centenário do Conselho Regional de Administração Federal, quando receberemos aqui, os administradores mais antigos e membros do Conselho. Convido todos os Deputados para estarem presentes e todos da Casa.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Quero aproveitar e convidar todos os Deputados para o Cine Assembleia que será

apresentado na quinta-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Cine Super K, onde 284 alunos do município do Baliza serão agraciados com o feito do Decreto Legislativo aprovado nesta Casa, através dos Senhores Deputados, onde jovens da rede pública estadual de ensino visitarão a sala de cinema. Desta vez o município agraciado será o município do Baliza, para onde nossa equipe se deslocará hoje à tarde. Amanhã estaremos lá e quinta-feira convido os Senhores Deputados para um almoço com os alunos. Em seguida, também haverá exibição do filme com a participação dos professores e de todos os alunos do Baliza.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, quero aqui em nome desta Casa, em conjunto com Vossa Excelência, dizer que fizemos um Projeto de Lei que foi sancionado pela Governadora Suely Campos, instituindo o dia 08 de setembro como dia do Caburá, dia que podemos comemorar o Estado de Roraima como ponto mais setentrional do nosso País. Portanto, hoje, às 16h, serão homenageados esses expedicionários que desbravaram aquela selva e que conseguiram, em 1998, liderados por instituições e tendo à frente o nosso amigo e colaborador Platão Arantes, descobrir que o ponto mais setentrional do norte fica no Monte Caburá e não no Oiapoque, no Estado do Amapá. Então, é justa a homenagem desta Casa e do Poder Executivo a esse momento histórico. E que todos nós possamos unir forças para que o resto do Brasil reconheça que o ponto mais setentrional está aqui. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Quero parabenizar também, até porque essa iniciativa foi de nossa autoria. Quero parabenizar o jornalista Platão Arantes pelo brilhante serviço que faz ao representar esta Casa. Informo que criaremos uma Comenda para todas as pessoas que fizeram a expedição até o Monte Roraima. Essas pessoas serão, sem dúvida, agraciadas com o Prêmio Monte Roraima que o Poder Legislativo já está se encarregando de fazer, e deve, em tempo hábil, ser aprovado por esta Casa, através de uma Resolução. Quero comunicar a minha ausência na próxima Sessão Plenária, pois estarei me deslocando até o Município de São João do Baliza.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convocou outra para o dia 9 de setembro, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaias Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Odilon Filho, Oleno Matos, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

Ata Sucinta Aprovada em: 09/09/2015

O Poder Legislativo

No enfrentamento à violência doméstica



Basta de violência contra a mulher!

8 mil
atendimentos



CHAME
CENTRO HUMANITÁRIO DE APOIO À MULHER
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER/ALE-RR

(95) 3623 2103 - chame@al.rr.gov.br